

ATA NÚMERO 99/XIII/2.^a SL

Aos catorze dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 15h30n, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15.30H

- 1. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 316/XIII/2.^a (CDS-PP) - Aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II).
Autor: Paulino Ascensão (BE).**
- 2. Designação de autor de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 396/XIII/2.^a (PS) - Clarifica o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).
Cabe ao GP PSD.**
- 3. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 362/XIII/2.^a (PSD) - Cria um Programa de Cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais para o Aproveitamento do Património Imobiliário Público.**

16.00H

- 4. Audição do Conselho Económico e Social, no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado de 2015.**

1. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 316/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II).

Autor: Paulino Ascensão (BE).

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), iniciou os trabalhos, na ausência momentânea da Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) apresentou o parecer, fazendo uma referência à eventual necessidade de reformulação da norma de entrada em vigor da iniciativa, caso a mesma seja aprovada na generalidade.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) notou que é necessário que a Comissão delibere no sentido de a iniciativa reunir os requisitos constitucionais e regimentais para ser debatida na generalidade, sugerindo que o parecer seja reformulado e votado na reunião do dia seguinte. Considerou que, apesar de a iniciativa ser compaginável com o atual exercício orçamental, subentende-se que a intenção é que a entrada em vigor se dê com o Orçamento do Estado do ano seguinte. Sublinhou que este rigor deverá ser aplicado a outras iniciativas que venham a ser apreciadas na COFMA, incluindo as respeitantes a aumentos de despesa.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) sugeriu uma alteração da data de entrada em vigor, ao passo que o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referiu que não é a primeira vez que esta situação acontece e que é habitual haver uma ressalva no sentido de que, caso a iniciativa seja aprovada na generalidade, a norma de entrada em vigor deverá ser alterada na fase de especialidade, posição corroborada pela Senhora Deputada Inês Domingos (PSD).

O Senhor Vice-Presidente sugeriu ao autor do parecer retirar a expressão referente ao não preenchimento dos requisitos, ao que o mesmo aquiesceu. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) notou que é necessário que o parecer refira que a iniciativa está em condições de ser apreciada em reunião plenária, intervindo ainda a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), no mesmo sentido, realçando ainda que quando a iniciativa foi apresentada cumpria a lei-travão e reiterando que a intenção é que entre em vigor com o exercício orçamental seguinte.

A votação do parecer ficou adiada para a reunião seguinte.

2. Designação de autor de parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 396/XIII/2.ª \(PS\)](#) - Clarifica o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).

Cabe ao GP PSD.

O PSD indicou o Senhor Deputado Carlos Silva.

3. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 362/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Cria um Programa de Cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais para o Aproveitamento do Património Imobiliário Público.

Autor: Ricardo Leão (PS).

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) manifestou a disponibilidade do PSD para ajudar a que da iniciativa legislativa resulte uma lei da Assembleia da República, em colaboração com os restantes Grupos Parlamentares (GP). Notando que a Associação Nacional de Municípios (ANMP) já se pronunciou, sugeriu que caso algum GP entenda que é necessário efetuar audições o comunique até ao dia seguinte, fixando-se o prazo para apresentação de propostas, com um prazo de duas semanas para a conclusão do processo, uma vez que o projeto de lei é bastante detalhado. Propôs que as audições se realizassem na semana seguinte, com apresentação de propostas de alteração até dia 24 de fevereiro, para votação na semana seguinte.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) propôs a audição da ANMP, da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e do Ministro-Adjunto, com prazo para apresentação de propostas numa semana após a última audição. Tendo o Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) solicitado que pudesse indicar eventuais pedidos de audições até ao dia de amanhã, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou nada ter a opor às audições propostas, concordando com o prazo de um dia para indicar eventuais novas sugestões de audições e com o prazo de uma semana para apresentação de propostas de alteração e discussão na especialidade após as mesmas. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) subscreveu as últimas intervenções e o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que o PSD acolhia as sugestões do Senhor Deputado João Galamba (PS) e o pedido do Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE).

O Senhor Vice-Presidente sintetizou a metodologia adotada, encerrando-se o ponto.

Ainda antes do ponto seguinte, a Comissão deliberou, como grelha de tempos, uma primeira ronda de oito minutos com resposta individual e uma segunda ronda de três minutos com resposta conjunta

16.00H

Audição com o Conselho Económico e Social, no âmbito da Conta Geral do Estado de 2015.

A Senhora Presidente, que tomou a condução dos trabalhos, começou por dar as boas vindas ao Presidente do Conselho Económico e Social (CES), Professor Correia de Campos, e ao Conselheiro Relator do parecer do CES sobre a [Conta Geral do Estado](#) (CGE), Professor Adriano Pimpão, enquadrando a audição no âmbito do âmbito da apreciação da CGE de 2015.

Usaram da palavra o Presidente do Conselho Económico e Social e o Conselheiro Relator autor do parecer do Tribunal de Contas sobre a CGE, para uma alocução inicial.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), Paulino Ascensão (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Presidente do Conselho Económico e Social e o Conselheiro Relator respondido individualmente a cada uma das intervenções.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Presidente do Conselho Económico e Social e o Conselheiro Relator usado da palavra para responder ao conjunto de questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Presidente do Conselho Económico e Social e ao Conselheiro Relator a sua presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 18:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de fevereiro de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 14 de fevereiro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Inês Domingos
João Galamba
Margarida Balseiro Lopes
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Ivan Gonçalves
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano
Maria das Mercês Borges

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jamila Madeira
Mariana Mortágua

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Hortense Martins
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida